

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifestamos intenção de recorrer tendo em vista o não atendimento dos requisitos de habilitação. Nossas razões serão melhores expostas em nossa peça recursal. Por ser medida de direito, pede-se deferimento.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Informamos que foi enviado versão em PDF deste recurso para o endereço eletrônico: cpl.fig.pr@pf.gov.br constante do presente Edital

ILUSTRÍSSIMA SENHORA LIVIA MARIA BIZZOTTO CORREA, DD. PREGOEIRA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022 DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU - PR

EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, por seus Advogados, conforme instrumento de procuração em anexo, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face de ilegalidade ocorrida na etapa aberta de lances certame, o que faz com fundamento no art. 5º, LV da Constituição Federal, art. 4º, XVIII da Lei 10.520/2002, item 11.2.3. do edital, bem como nos fatos e fundamentos que passa a expor.

I

OBJETO DO RECURSO

1. O Pregão Eletrônico nº 01/2022 tem por objeto "a contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel - PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos."

Consoante registro da Ata da Sessão, "após análise da documentação anexada no sistema, diligências realizadas, bem como consulta ao SICAF e sites eletrônicos oficiais, conforme disposto no Edital e anexos, informamos que consideramos HABILITADA a empresa IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ: 07.394.613/0001-08".

2. O recurso é interposto em face de ilegalidade na formação do preço na etapa aberta de lances, com o que se retirou indevidamente direito da EQUIP SEG em apresentar lance na etapa fechada da disputa. Assim, requer-se a anulação da etapa aberta de lances e daquelas que a sucederam na licitação, e o subsequente refazimento da aludida etapa, na forma do item 12.1.1. do edital.

A manifestação da intenção de interposição de recurso foi apresentada em 4/7/2022. O edital prevê o prazo de 3 dias úteis para apresentação das razões (item 11.2.3), do que deflui sua tempestividade.

II

O REGIME DE DISPUTA DE LANCES NO PE 1/2022

3. O Termo de Referência define que o Grupo 1 do Pregão Eletrônico 1/2022 é composto por 5 itens. Também prevê que "a presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global" (item 1.4). Assim, será vencedora o licitante que apresentar menor valor global, considerada a soma do valor proposto para os 5 (cinco) itens.

O regime de disputa está fixado no edital: "7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado". A dinâmica desta disputa é especificada na sequência:

"7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores. "

4. Considerando que "o critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto" (item 1.3 do edital), no PE 1/2022 foram colhidos isoladamente os lances dos 5 (cinco) itens do Grupo 1.

Ao final da etapa aberta, procedeu-se a soma do menor lance ofertado pelos licitantes em cada um dos itens para formação do preço final individual no Grupo 1. Na forma do item 7.11, a proponente do menor preço e todos os licitantes cujo preço fosse até 10 (dez) por cento superior a ele seriam convocadas para a etapa fechada da disputa.

O LANCE INEXEQUÍVEL COTADO PELA EMPRESA AUXILIAR NO ITEM 5 E A DISTORÇÃO DO MENOR PREÇO AO FINAL DA ETAPA ABERTA DE LANCES

5. A disputa na etapa aberta ocorreu regularmente nos itens 1, 2, 3 e 4. Contudo, no item 5, a empresa AUXILIAR cotou preço manifestamente inexequível no curso da etapa aberta:

A própria empresa admitiu o equívoco no valor proposto para o item 5:

E, diante da impossibilidade de ajuste do lance, requereu a recusa de sua proposta:

6. A Pregoeira aceitou a recusa. No entanto, apenas após o encerramento da disputa de lances. Assim se confirma pela comparação de horário entre os atos registrados na Ata da Sessão.
A recusa da proposta da AUXILIAR ocorreu às 10:03:55 do dia 22/6/2022:

Por sua vez, o encerramento da etapa aberta ocorreu às 09:29:31; da etapa fechada às 09:34:32:

7. Como se vê, todo o procedimento de anulação do lance inexequível no item foi posterior ao encerramento da disputa. A iniciativa de exclusão do lance partiu da Auxiliar, por pedido registrado às 09:40:07 no sistema. A sua exclusão apenas às 10:03:55.

Ou seja, o lance permaneceu válido para cálculo do menor preço na etapa aberta de lances. Como consequência, reduziu a base para incidência dos 10% para definição das empresas convocadas para a etapa fechada. Não obstante o reflexo direto na competição entre os licitantes, não houve a anulação e reabertura da fase de lances.

III

A ANULAÇÃO DO LANCE INEXEQUÍVEL DURANTE A ETAPA ABERTA DE LANCES

8. O fomento da competitividade é um dos nortes que orientam as licitações públicas. Como ensina Marçal Justen Filho, "na dimensão material, a competitividade acarreta a vedação a atos e atividades que produzam a redução inadequada e desnecessária do acesso ao certame e da competição entre os interessados" .

No pregão, a disputa via lances apresentados em ambiente virtual é o modo por excelência de competição entre os licitantes. Assegurar a lisura desta disputa neste ambiente é condição inafastável para se atestar a regularidade da licitação.

Para tanto, não se admite a apresentação de lances inexequíveis. A nova Lei de Licitações nº 14.133/21 é expressa neste sentido: "Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: (...); III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;" No presente certame, o edital corrobora esta orientação ao reiteradamente rechaçar a possibilidade de aceite de lances inexequíveis.

"8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:
(...)

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível."

"8.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

"8.9. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta."

9. Como citado, o edital elegeu a disputa híbrida, no modelo aberto-fechado. Sendo sucessivas, a formulação de lance inexequível na etapa aberta desnatura a competição no Pregão, ao reduzir de modo artificial o menor preço a partir do qual se definem os licitantes convocados para apresentação de lance fechado.

Daí porque o Tribunal de Contas da União assevera que o momento oportuno para anulação do lance inexequível é durante a etapa aberta, exatamente para se evitar distorções no preço de referência para a etapa fechada:

"1.7.1. Dar ciência à Fundação Universidade Federal de Uberlândia de que a ausência de imediata desclassificação das ofertas manifestamente inexequíveis durante a etapa aberta de disputa do pregão, oferecidas pelas empresas JEF Correia Serviços de Segurança Digital Ltda. (CNPJ 07.440.172/0001-25) e VJV da Silva Serviços de Acabamentos em Construções (CNPJ 27.230.551/0001-06) , ambas no valor de R\$ 320.001,94, que serviu de parâmetro para convocação das demais licitantes para etapa fechada da disputa, afronta os §§ 2º e 3º do artigo 33 do Decreto 10.024/2019 e a jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão 2920/2020-TCU-Plenário, Ministro-Relator Augusto Sherman) , o que poderia ter redundado em prejuízos à competitividade do certame."

* * *

"9.2.1. ausência de desclassificação de lances manifestamente inexequíveis durante a etapa aberta de disputa do pregão, todos oferecidos pela empresa Stilo Construções, Empreendimentos e Incorporações Ltda., o último dos

quais serviu de parâmetro para convocação de licitantes para a etapa fechada da disputa, o que poderia ter redundado em prejuízo à competitividade do certame;”

Destaca-se do voto proferido pelo eminente Ministro Relator AUGUSTO SHERMAN:

“2. Por meio de despacho datado de 16/07/2020, determinei fosse realizada a oitiva prévia da Câmara dos Deputados, para que se pronunciasse com relação ao Pregão Eletrônico 65/2020, acerca da existência dos pressupostos da medida cautelar pleiteada pela empresa representante e sobre os indícios de irregularidade trazidos na representação e analisados na instrução da unidade técnica, em especial quanto aos seguintes tópicos: a) não desclassificação do lance manifestamente inexecutável, de R\$ 13.014,97, ofertado pela empresa Stilo Construções Empreendimentos e Incorporações Ltda., tal como procedeu outras três vezes em que foram apresentados lances próximos a esse valor, dado o que estabeleciam as cláusulas 7.10 e 10.2 do edital do certame, o que reduziu o universo de licitantes aptas a participar da etapa de lances fechados da licitação, em possível prejuízo da proposta mais vantajosa no certame;”

10. Na disputa do item 5, era manifesta a inexecutabilidade do lance de R\$ 577,00 ofertado pela AUXILIAR. Os lances orbitavam na casa de R\$ 577.000,00. O lance correspondia a 0,1% do preço base de disputa do item no momento de seu lançamento. Cabia ao Pregoeiro a imediata exclusão do lance no curso da etapa aberta. Frisa-se que o sistema eletrônico permitia esta ação, como destacado no início do de cada disputa nos 5 (cinco) itens:

11. Relembra-se que os efeitos da inexecutabilidade do lance não se resumiam ao item 5. Como mencionado, a licitação seria vencida pelo menor preço global do grupo. Na fase de lances, o edital prevê: “7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.” Assim, o lance inexecutável gerou distorção no cálculo do preço final do Grupo 1. A projeção de lance máximo a ser ofertado para participação na etapa fechada foi artificialmente reduzida. E, mais grave, derivado de confesso equívoco da AUXILIAR no lançamento do valor no sistema eletrônico. Era legítima a expectativa dos licitantes de que o lance fosse excluído pela Pregoeira.

Ademais, sequer houve tempo hábil para que os licitantes – dentre eles a recorrente – pudessem estimar o impacto do lance inexecutável na formação do menor preço no Grupo 1. O lance de R\$ 577,00 foi registrado às 09:28:11:203; a etapa aberta encerrada às 09:29:31. Ou seja, pouco mais de 1 (um) minuto de diferença.

12. E, como se demonstra, a manutenção do lance inexecutável no item 5 trouxe efetivo prejuízo à competição para a etapa fechada de lances no Pregão.

O PREJUÍZO EFETIVO À DISPUTA:

A EXCLUSÃO INDEVIDA DA RECORRENTE DA ETAPA FECHADA DE LANCES

13. Importante apontar que a Pregoeira identificou o potencial reflexo do lance inexecutável da Auxiliar na convocação de licitantes para a etapa fechada, como consta do arquivo Mensagens da Sessão:

No entanto, a revisão da disputa de lances foi rejeitada, pelo alegado fundamento de impossibilidade de identificação dos valores final ofertados pelas empresas:

A justificativa, respeitosamente, não procede.

14. É certo que durante a etapa de lances não há identificação do licitante proponente. Porém, encerrada a disputa, o sistema eletrônico fornece relatório completo dos atos praticados na sessão. Nesta condição se inserem as propostas registradas por cada licitante, com indicação de CNPJ e razão social. Há ainda o relatório de lances, contendo o valor proposto e o respectivo CNPJ do proponente. Tanto é que é possível identificar que o lance inexecutável de R\$ 577,00 no item 5 foi proposto pela empresa AUXILIAR, por haver ao lado a indicação do CNPJ do proponente.

Por estas informações também era possível identificar o menor preço final proposto por cada licitante na etapa aberta. A Ata da Sessão registra no relatório de disputa de cada item o horário de encerramento da etapa aberta. Ou seja, todos os lances registrados após este horário – sendo apenas 1 por licitante – corresponderiam ao lance final proposto na etapa fechada.

O caminho apontado permite reconstruir o resultado final da etapa aberta com o preço inexecutável. E, do mesmo modo, projetar como seria a etapa fechada, caso o aludido lance tivesse sido excluído na etapa aberta.

Deste trabalho demonstra-se que efetivamente houve prejuízo na disputa da etapa fechada, pela exclusão indevida de licitantes – dentre eles a recorrente – que legitimamente estariam credenciados a participar desta fase subsequente da licitação.

15. Considerando os valores registrados finais em cada item, o menor preço de referência do Grupo 1 ficou em R\$ 2.565.577,00, proposto pela empresa AUXILIAR:

Com a incidência da margem de 10% (dez por cento) sobre o menor preço, o valor de referência para a convocação para a etapa fechada seria de R\$ 2.822.134,70. Contudo, pela distorção do preço no item 5, nenhuma empresa cotou preço final dentro desta margem. Assim, além da AUXILIAR, foram convocados os 3 (três) proponentes de menor preço para a etapa fechada, de acordo com o item 11.1.1. do edital: a) ORCARLI: R\$ 3.082.815,04; b) LINCE: R\$ 3.105.167,04; c) IGUASSEG: R\$ 3.128.400,00.

Cita-se que os valores apontados coincidem com o registro na Ata da Sessão do intervalo de propostas convocadas para a etapa fechada:

16. Caso houvesse a exclusão do lance inexecutável no curso da etapa aberta, o cenário de disputa para a etapa fechada seria manifestamente distinto. Na reconstrução da planilha de preços desconsidera-se o lance de R\$ 577,00 proposto pela Auxiliar e, em substituição, adota-se o lance anterior proposto de R\$ 579.000,00. O resultado para o Grupo 1 seria nesta hipótese:

Como se vê, com a exclusão do lance inexecutável o menor preço global seria de R\$ 3.082.815,04, proposto pela empresa ORCALI. O valor do intervalo de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre este valor seria de R\$ 3.391.096,54, o que habilitaria as seguintes empresas para a etapa fechada de lances: a) LINCE: R\$ 3.105.167,04; b) IGUASSEG: R\$ 3.128.400,00; c) AUXILIAR: R\$ 3.144.000,00; d) INTERSEPT: R\$ 3.145.100,00; e) EPAVI: R\$ 3.148.000,00; f) EQUIP SEG: R\$ 3.154.999,00; g) INGA: R\$ 3.160.666,80; h) ONDREPSB: R\$ 3.179.750,00; i) SISTEMARE: R\$ 3.182.000,00.

Pontua-se que, mesmo se adotado valor corrigido de R\$ 577.000,00 como último lance do item 5 para a Auxiliar, não haveria qualquer alteração do resultado. O seu preço final para o Grupo 1 seria apenas minorado para R\$ 3.142.000,00, o que em nada alteraria sua posição na disputa e o quadro final de licitantes convocados para a etapa fechada.

17. No Direito Administrativo vigora a orientação do princípio *pas de nullité sans grief*, "segundo o qual, o reconhecimento de nulidade exige a comprovação de efetivo prejuízo". No caso vertente, é manifesto o prejuízo não apenas aos licitantes, mas também ao órgão promotor da licitação.

Como resultado do lance inexecutável da AUXILIAR no item 5, a disputa da etapa fechada foi reduzida de 10 (dez) para somente 4 (quatro) licitantes. É flagrante a violação a isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Especificamente à recorrente, a EQUIP SEG estaria credenciada a participar da etapa fechada e, logicamente, concorrer para a vitória da licitação com o oferecimento de novo lance.

A REABERTURA DA DISPUTA A PARTIR DA ETAPA ABERTA DE LANCES

18. Uma vez reconhecido vício da disputa da etapa aberta da fase de lances, restam também prejudicadas todas as subsequentes, visto que diretamente a ela vinculadas. Nesta condição se inserem a etapa fechada de lances e todas as ações dirigidas ao exame da habilitação da empresa IGUASSEG.

Assim, requer-se o refazimento da etapa competitiva, com o reinício a partir da disputa de lances abertos, como previsto em edital:

"12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

IV

PEDIDOS

19. Diante do exposto, respeitosamente, requer-se o provimento do recurso, com a anulação da etapa de lances aberta e daquelas que a sucederam na licitação, e o subsequente refazimento da etapa aberta de lances, na forma do item 12.1.1. do edital.

Pede-se deferimento.

Curitiba, 7 de julho de 2022.

FRANCISCO ZARDO ANDRÉ MEERHOLZ
OAB/PR 35.303 OAB/PR 56.113

Fechar

Recurso - Pregão Eletrônico 01/2022

Jefferson Gonçalves Cordeiro <licitacao@grupoequip.com.br>

qui 07/07/2022 17:28

Para: PR/FIG - Comissão Permanente Licitações Foz Iguaçu <cpl.fig.pr@pf.gov.br>;

Cc: Sandra Mara da Silva Sandrini <contratos@grupoequip.com.br>;

 2 anexos (1 MB)

Equip Seg - Recurso PE 1-22 DPF - Foz.pdf; Equip Seg - Procuração - Recurso PE 1-22 DPF-Foz.pdf;

Prezada Sra. Livia

Devido as limitações técnicas do portal Comprasnet para o anexo da peça recursal, encaminho a versão em formato PDF para sua apreciação.

Atenciosamente

Jefferson Cordeiro
Licitações e Contratos

EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA

Rua: Dias da Rocha Filho, Nº 503 - Alto da Rua XV

CEP 80045-275, Curitiba - PR

: 41*3052-2006

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA LIVIA MARIA BIZZOTTO CORREA,
DD. PREGOEIRA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022 DA DELEGACIA DE
POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU - PR**

EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA., já qualificada nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, por seus Advogados, conforme instrumento de procuração em anexo, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face de ilegalidade ocorrida na etapa aberta de lances certame, o que faz com fundamento no art. 5º, LV da Constituição Federal, art. 4º, XVIII da Lei 10.520/2002, item 11.2.3. do edital, bem como nos fatos e fundamentos que passa a expor.

I

OBJETO DO RECURSO

1. O Pregão Eletrônico nº 01/2022 tem por objeto *“a contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel - PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”*

Consoante registro da Ata da Sessão, *“após análise da documentação anexada no sistema, diligências realizadas, bem como consulta ao SICAF e sítios eletrônicos oficiais, conforme disposto no Edital e anexos, informamos que consideramos HABILITADA a empresa IGUASSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ: 07.394.613/0001-08”¹.*

2. O recurso é interposto em face de ilegalidade na formação do preço na etapa aberta de lances, com o que se retirou indevidamente direito da EQUIP SEG em apresentar lance na etapa fechada da disputa. Assim, requer-se a anulação da etapa aberta de lances e daquelas que a sucederam na licitação, e o subsequente refazimento da aludida etapa, na forma do item 12.1.1. do edital.

A manifestação da intenção de interposição de recurso foi apresentada em 4/7/2022. O edital prevê o prazo de 3 dias úteis para apresentação das razões (item 11.2.3), do que deflui sua tempestividade.

¹ Registro às 10:02:52 do dia 04/07/2022.

II

O REGIME DE DISPUTA DE LANCES NO PE 1/2022

3. O Termo de Referência define que o Grupo 1 do Pregão Eletrônico 1/2022 é composto por 5 itens. Também prevê que *“a presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global”* (item 1.4). Assim, será vencedora o licitante que apresentar menor valor global, considerada a soma do valor proposto para os 5 (cinco) itens.

O regime de disputa está fixado no edital: *“7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado”*. A dinâmica desta disputa é especificada na sequência:

“7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores. “

4. Considerando que “o critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL do grupo**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto” (item 1.3 do edital), no PE 1/2022 foram colhidos isoladamente os lances dos 5 (cinco) itens do Grupo 1.

Ao final da etapa aberta, procedeu-se a soma do menor lance ofertado pelos licitantes em cada um dos itens para formação do preço final individual no Grupo 1. Na forma do item 7.11, a proponente do menor preço e todos os licitantes cujo preço fosse até 10 (dez) por cento superior a ele seriam convocadas para a etapa fechada da disputa.

**O LANCE INEXEQUÍVEL COTADO PELA EMPRESA AUXILIAR NO ITEM 5 E A DISTORÇÃO DO
MENOR PREÇO AO FINAL DA ETAPA ABERTA DE LANCES**


5. A disputa na etapa aberta ocorreu regularmente nos itens 1, 2, 3 e 4. Contudo, no item 5, a empresa AUXILIAR cotou preço manifestamente inexequível no curso da etapa aberta:

R\$ 578.850,0000
R\$ 577,0000
R\$ 576.500,0000

08.282.615/0001-60
76.764.448/0001-43
08.282.615/0001-60

22/06/2022 09:27:27:387
22/06/2022 09:28:11:203
22/06/2022 09:28:39:420

76.764.448/0001-43	EMPRESA AUXILIAR DE SEGURANCA LTDA	Não	Não	3	R\$ 194.836,5600 R\$ 584.509,6800	14/06/2022 11:21:16
--------------------	---	-----	-----	---	-----------------------------------	------------------------



A própria empresa admitiu o equívoco no valor proposto para o item 5:

76.764.448/0001-43	22/06/2022 09:40:07	Bom dia Prezado Pregoeiro, corrigir nosso lance no o item 05 para R\$ 577.000,00, devido digitação equivocada, por gentileza.
--------------------	------------------------	---


E, diante da impossibilidade de ajuste do lance, requereu a recusa de sua proposta:

76.764.448/0001-43	22/06/2022 10:00:34	Prezados Pregoeiro, diante dos esclarecimentos e impossibilidade do ajuste do lance, respeitosamente solicitamos que prossiga com a recusa da nossa proposta.
--------------------	------------------------	---

6. A Pregoeira aceitou a recusa. No entanto, **apenas após o encerramento da disputa de lances**. Assim se confirma pela comparação de horário entre os atos registrados na Ata da Sessão.

A recusa da proposta da AUXILIAR ocorreu às 10:03:55 do dia 22/6/2022:

Pregoeiro	22/06/2022 10:01:17	Para EMPRESA AUXILIAR DE SEGURANCA LTDA - Agradecemos a participação da empresa em nosso certame. Tenha um bom dia.
Pregoeiro	22/06/2022 10:03:55	Senhores, a proposta do fornecedor EMPRESA AUXILIAR DE SEGURANÇA foi recusada no sistema. Faremos a convocação da próxima empresa melhor classificada.



Por sua vez, **o encerramento da etapa aberta ocorreu às 09:29:31; da etapa fechada às 09:34:32:**


Eventos do Grupo

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	22/06/2022 09:06:46	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	22/06/2022 09:10:08	Item aberto para lances.


30

ras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

<http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/AtaEletronica>



Encerramento etapa aberta	22/06/2022 09:29:31	Item com etapa aberta encerrada.
Início 1a etapa fechada	22/06/2022 09:29:31	Fornecedores convocados para a 1ª etapa fechada apresentaram lance entre R\$ 2.565.577,0000 e R\$ 3.128.400,0000.
Encerramento	22/06/2022 09:34:32	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa fechada	22/06/2022 09:34:32	Item com etapa fechada encerrada.



7. Como se vê, **todo o procedimento de anulação do lance inexecutável no item foi posterior ao encerramento da disputa**. A iniciativa de exclusão do lance partiu da Auxiliar, por pedido registrado às 09:40:07 no sistema. A sua exclusão apenas às 10:03:55.

Ou seja, o lance permaneceu válido para cálculo do menor preço na etapa aberta de lances. Como consequência, reduziu a base para incidência dos 10% para definição das empresas convocadas para a etapa fechada.

Não obstante o reflexo direto na competição entre os licitantes, não houve a anulação e reabertura da fase de lances.

III

A ANULAÇÃO DO LANCE INEXEQUÍVEL DURANTE A ETAPA ABERTA DE LANCES

8. O fomento da competitividade é um dos nortes que orientam as licitações públicas. Como ensina Marçal Justen Filho, *“na dimensão material, a competitividade acarreta a vedação a atos e atividades que produzam a redução inadequada e desnecessária do acesso ao certame e da competição entre os interessados”*².

No pregão, a disputa via lances apresentados em ambiente virtual é o modo por excelência de competição entre os licitantes. Assegurar a lisura desta disputa neste ambiente é condição inafastável para se atestar a regularidade da licitação.

Para tanto, não se admite a apresentação de lances inexequíveis. A nova Lei de Licitações nº 14.133/21 é expressa neste sentido: *“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: (...); III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;”* No presente certame, o edital corrobora esta orientação ao reiteradamente rechaçar a possibilidade de aceite de lances inexequíveis.

“8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:
(...)”

² JUSTEM FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas – Nova Lei 14.133/2021. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. p. 119. Destques nossos.

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que **apresentar preço manifestamente inexequível.**”

“8.8. **Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço**, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

“8.9. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e **a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente** pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, **será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.**”

9. Como citado, o edital elegeu a disputa híbrida, no modelo aberto-fechado. Sendo sucessivas, a formulação de lance inexequível na etapa aberta desnatura a competição no Pregão, ao reduzir de modo artificial o menor preço a partir do qual se definem os licitantes convocados para apresentação de lance fechado.

Daí porque o Tribunal de Contas da União assevera que **o momento oportuno para anulação do lance inexequível é durante a etapa aberta**, exatamente para se evitar distorções no preço de referência para a etapa fechada:

“1.7.1. Dar ciência à Fundação Universidade Federal de Uberlândia de que **a ausência de imediata desclassificação das ofertas manifestamente inexequíveis durante a etapa aberta de disputa do pregão**, oferecidas pelas empresas JEF Correia Serviços de Segurança Digital Ltda. (CNPJ 07.440.172/0001-25) e VJV da Silva Serviços de Acabamentos em Construções (CNPJ 27.230.551/0001-06) , ambas no valor de R\$ 320.001,94, que serviu de parâmetro para convocação das demais licitantes para etapa fechada da disputa, **afronta os §§ 2º e 3º do artigo 33 do Decreto 10.024/2019 e a jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão 2920/2020-TCU-Plenário,**

Ministro-Relator Augusto Sherman) , o que poderia ter redundado em prejuízos à competitividade do certame.”³

* * *

“9.2.1. ausência de desclassificação de lances manifestamente inexequíveis durante a etapa aberta de disputa do pregão, todos oferecidos pela empresa *Stilo Construções, Empreendimentos e Incorporações Ltda.*, o último dos quais serviu de parâmetro para convocação de licitantes para a etapa fechada da disputa, o que poderia ter redundado em prejuízos à competitividade do certame;”⁴

Destaca-se do voto proferido pelo eminente Ministro Relator AUGUSTO SHERMAN:

“2. Por meio de despacho datado de 16/07/2020, determinei fosse realizada a **oitava prévia** da Câmara dos Deputados, para que se pronunciasse com relação ao Pregão Eletrônico 65/2020, acerca da existência dos pressupostos da medida cautelar pleiteada pela empresa representante e sobre os indícios de irregularidade trazidos na representação e analisados na instrução da unidade técnica, em especial quanto aos seguintes tópicos:

a) não desclassificação do lance manifestamente inexequível, de R\$ 13.014,97, ofertado pela empresa *Stilo Construções Empreendimentos e Incorporações Ltda.*, tal como procedeu outras três vezes em que foram apresentados lances próximos a esse valor, dado o que estabeleciam as cláusulas 7.10 e 10.2 do edital do certame, o que **reduziu o universo de licitantes aptas a participar da etapa de lances fechados da licitação, em possível prejuízo da proposta mais vantajosa no certame;**”⁵

10. Na disputa do item 5, era manifesta a inexequibilidade do lance de R\$ 577,00 ofertado pela AUXILIAR. Os lances orbitavam na casa de R\$ 577.000,00. O lance

³ TCU, Plenário. Acórdão 651/2020, rel. Min. Aroldo Cedraz. J. 31//3/2021. Destaques nossos.

⁴ TCU, Plenário. Acórdão 2920/2020, rel. Min.-Subst. Augusto Sherman. J. 28/10/2020. Destaques nossos.

⁵ TCU, Plenário. Acórdão 2920/2020, rel. Min.-Subst. Augusto Sherman. J. 28/10/2020. Destaques nossos.

correspondia a 0,1% do preço base de disputa do item no momento de seu lançamento.

Cabia ao Pregoeiro a **imediata exclusão do lance no curso da etapa aberta**.

Frisa-se que o sistema eletrônico permitia esta ação, como destacado no início de cada disputa nos 5 (cinco) itens:

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance

CNPJ/CPF

Data/Hora Registro

11. Lembra-se que os efeitos da inexigibilidade do lance não se resumiam ao item 5. Como mencionado, a licitação seria vencida pelo menor preço global do grupo. Na fase de lances, o edital prevê: *“7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.”* Assim, o lance inexecutável gerou distorção no cálculo do preço final do Grupo 1. A projeção de lance máximo a ser ofertado para participação na etapa fechada foi artificialmente reduzida. E, mais grave, derivado de confusão equívoca da AUXILIAR no lançamento do valor no sistema eletrônico. Era legítima a expectativa dos licitantes de que o lance fosse excluído pela Pregoeira.

Ademais, sequer houve tempo hábil para que os licitantes – dentre eles a *recorrente* – pudessem estimar o impacto do lance inexecutável na formação do menor preço no Grupo 1. O lance de R\$ 577,00 foi registrado às 09:28:11:203; a etapa aberta encerrada às 09:29:31. Ou seja, pouco mais de 1 (um) minuto de diferença.

12. E, como se demonstra, a manutenção do lance inexecutável no item 5 trouxe efetivo prejuízo à competição para a etapa fechada de lances no Pregão.

O PREJUÍZO EFETIVO À DISPUTA:

A EXCLUSÃO INDEVIDA DA RECORRENTE DA ETAPA FECHADA DE LANCES

13. Importante apontar que a Pregoeira identificou o potencial reflexo do lance inexequível da Auxiliar na convocação de licitantes para a etapa fechada, como consta do arquivo *Mensagens da Sessão*:

Pregoeiro fala: Assim, suspenderemos a sessão e retornaremos amanhã, dia 23/06/2022, às 10:00.
(22/06/2022 15:06:52)

Pregoeiro fala: Suspenderemos a sessão para análise e diligências, tendo em vista que as empresas que não foram convocadas para a etapa fechada podem ter sido prejudicadas no certame, o que fere o princípio da isonomia.
(22/06/2022 15:06:10)

Pregoeiro fala: Considerando o equívoco cometido pelo fornecedor EMPRESA AUXILIAR no cadastro do seu lance para o item 5, abaixando o valor total da proposta e, ainda, considerando que esse valor foi critério para a convocação das empresas para a etapa fechada...
(22/06/2022 15:03:46)

Pregoeiro fala: Senhores licitantes, boa tarde.
(22/06/2022 15:00:14)

No entanto, a revisão da disputa de lances foi rejeitada, pelo alegado fundamento de impossibilidade de identificação dos valores final ofertados pelas empresas:

Pregoeiro fala: Sendo assim, daremos continuidade com a análise da planilha anexada pela empresa IGUASSEG
(23/06/2022 10:14:19) SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA.

Pregoeiro fala: ... tendo em vista que as empresas não são identificadas nessa fase e não há como identificar o valor
(23/06/2022 10:12:45) final ofertado pelas empresas que seriam convocadas para a etapa fechada.

Pregoeiro fala: No entanto, após análise dos valores ofertados pelas empresas durante a fase de lances, não foi possível determinar que o resultado seria diferente caso a empresa tivesse colocado o valor de R\$ 577.000,00 ao invés de R\$ 577,00, para o item 5,
(23/06/2022 10:12:36)

Pregoeiro fala: Após sermos questionados sobre um possível prejuízo para as empresas que não foram convocadas para a etapa fechada em consequência do erro cometido pelo fornecedor EMPRESA AUXILIAR ao cadastrar valor inexequível para o item 5, no final da fase de lances, suspendemos a sessão na data de ontem para análise dos procedimentos.
(23/06/2022 10:07:11)

A justificativa, respeitosamente, não procede.

14. É certo que durante a etapa de lances não há identificação do licitante proponente. Porém, encerrada a disputa, o sistema eletrônico fornece relatório completo dos atos praticados na sessão. Nesta condição se inserem as propostas registradas por cada licitante, com indicação de CNPJ e razão social. Há ainda o relatório de lances, contendo o valor proposto e o respectivo CNPJ do proponente. Tanto é que é possível identificar que o lance inexequível de R\$ 577,00 no item 5 foi proposto pela empresa AUXILIAR, por haver ao lado a indicação do CNPJ do proponente.

Por estas informações também era possível identificar o menor preço final proposto por cada licitante na etapa aberta. A Ata da Sessão registra no relatório de disputa de cada item o horário de encerramento da etapa aberta. Ou seja, todos os lances registrados após este horário – sendo apenas 1 por licitante – corresponderiam ao lance final proposto na etapa fechada.

O caminho apontado permite reconstruir o resultado final da etapa aberta com o preço inexequível. E, do mesmo modo, projetar como seria a etapa fechada, caso o aludido lance tivesse sido excluído na etapa aberta.

Deste trabalho demonstra-se que efetivamente houve prejuízo na disputa da etapa fechada, pela exclusão indevida de licitantes – dentre eles a *recorrente* – que legitimamente estariam credenciados a participar desta fase subsequente da licitação.

15. Considerando os valores registrados finais em cada item, o menor preço de referência do Grupo 1 ficou em R\$ 2.565.577,00, proposto pela empresa AUXILIAR:

CLASS	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 05	TOTAL
1	76.764.448/0001-43	AUXILIAR	R\$ 524.000,00	R\$ 570.000,00	R\$ 704.000,00	R\$ 767.000,00	R\$ 577,00	R\$ 2.565.577,00
2	83.930.214/0010-85	ORCALI	R\$ 480.776,84	R\$ 525.566,20	R\$ 718.806,00	R\$ 773.157,00	R\$ 584.509,00	R\$ 3.082.815,04
3	10.364.152/0003-99	LINCE	R\$ 514.655,28	R\$ 560.010,96	R\$ 699.154,56	R\$ 760.769,28	R\$ 570.576,96	R\$ 3.105.167,04
4	07.394.613/0001-08	IGUASSEG	R\$ 522.900,00	R\$ 568.900,00	R\$ 697.900,00	R\$ 759.800,00	R\$ 578.900,00	R\$ 3.128.400,00
5	08.282.615/0001-60	INTERSEPT	R\$ 522.850,00	R\$ 571.900,00	R\$ 705.850,00	R\$ 768.000,00	R\$ 576.500,00	R\$ 3.145.100,00
6	92.966.571/0004-46	EPAVI	R\$ 528.000,00	R\$ 573.000,00	R\$ 707.000,00	R\$ 769.000,00	R\$ 571.000,00	R\$ 3.148.000,00
7	09.039.434/0001-70	EQUIP SEG	R\$ 525.000,00	R\$ 571.000,00	R\$ 709.000,00	R\$ 770.000,00	R\$ 579.999,00	R\$ 3.154.999,00
8	14.196.793/0001-70	INGA	R\$ 525.100,00	R\$ 572.000,00	R\$ 705.900,00	R\$ 773.157,12	R\$ 584.509,68	R\$ 3.160.666,80
9	10.852.997/0001-61	ONDREPSB	R\$ 536.150,00	R\$ 574.980,00	R\$ 714.840,00	R\$ 771.890,00	R\$ 581.890,00	R\$ 3.179.750,00
10	04.179.738/0001-19	SISTEMARE	R\$ 537.000,00	R\$ 575.000,00	R\$ 715.000,00	R\$ 772.000,00	R\$ 583.000,00	R\$ 3.182.000,00
11	03.130.750/0004-19	EMBRASP	R\$ 541.596,60	R\$ 579.921,00	R\$ 718.806,24	R\$ 773.157,12	R\$ 584.509,68	R\$ 3.197.990,64
12	07.658.074/0001-69	JURISEG	R\$ 541.596,60	R\$ 579.922,20	R\$ 718.806,24	R\$ 773.157,12	R\$ 584.509,68	R\$ 3.197.991,84
Menor lance			R\$ 2.565.577,00	10%	Limite para a etapa fechada			R\$ 2.822.134,70

Com a incidência da margem de 10% (dez por cento) sobre o menor preço, o valor de referência para a convocação para a etapa fechada seria de R\$ 2.822.134,70. Contudo, **pela distorção do preço no item 5, nenhuma empresa cotou preço final dentro desta margem.** Assim, além da AUXILIAR, foram convocados os 3 (três) proponentes de menor preço para a etapa fechada, de acordo com o item 11.1.1. do edital: *a)* ORCALI: R\$ 3.082.815,04; *b)* LINCE: R\$ 3.105.167,04; *c)* IGUASSEG: R\$ 3.128.400,00.

Cita-se que os valores apontados coincidem com o registro na Ata da Sessão do intervalo de propostas convocadas para a etapa fechada:

Eventos do Grupo

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	22/06/2022 09:06:46	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	22/06/2022 09:10:08	Item aberto para lances.

f 30

apras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

<http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/AtaEletronica>

Encerramento etapa aberta	22/06/2022 09:29:31	Item com etapa aberta encerrada.
Início 1a etapa fechada	22/06/2022 09:29:31	Fornecedores convocados para a 1ª etapa fechada apresentaram lance entre R\$ 2.565.577,0000 e R\$ 3.128.400,0000.
Encerramento	22/06/2022 09:34:32	Item encerrado para lances.

16. Caso houvesse a exclusão do lance inexecutável no curso da etapa aberta, o cenário de disputa para a etapa fechada seria manifestamente distinto. Na reconstrução da planilha de preços desconsidera-se o lance de R\$ 577,00 proposto pela Auxiliar e, em substituição, adota-se o lance anterior proposto de R\$ 579.000,00.

O resultado para o Grupo 1 seria nesta hipótese:

CLASS CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 05	TOTAL
1 83.930.214/0010-85	ORCALI	R\$ 480.776,84	R\$ 525.566,20	R\$ 718.806,00	R\$ 773.157,00	R\$ 584.509,00	R\$ 3.082.815,04
2 10.364.152/0003-99	LINCE	R\$ 514.655,28	R\$ 560.010,96	R\$ 699.154,56	R\$ 760.769,28	R\$ 570.576,96	R\$ 3.105.167,04
3 07.394.613/0001-08	IGUASSEG	R\$ 522.900,00	R\$ 568.900,00	R\$ 697.900,00	R\$ 759.800,00	R\$ 578.900,00	R\$ 3.128.400,00
4 76.764.448/0001-43	AUXILIAR	R\$ 524.000,00	R\$ 570.000,00	R\$ 704.000,00	R\$ 767.000,00	R\$ 579.000,00	R\$ 3.144.000,00
5 08.282.615/0001-60	INTERSEPT	R\$ 522.850,00	R\$ 571.900,00	R\$ 705.850,00	R\$ 768.000,00	R\$ 576.500,00	R\$ 3.145.100,00
6 92.966.571/0004-46	EPAVI	R\$ 528.000,00	R\$ 573.000,00	R\$ 707.000,00	R\$ 769.000,00	R\$ 571.000,00	R\$ 3.148.000,00
7 09.039.434/0001-70	EQUIP SEG	R\$ 525.000,00	R\$ 571.000,00	R\$ 709.000,00	R\$ 770.000,00	R\$ 579.999,00	R\$ 3.154.999,00
8 14.196.793/0001-70	INGA	R\$ 525.100,00	R\$ 572.000,00	R\$ 705.900,00	R\$ 773.157,12	R\$ 584.509,68	R\$ 3.160.666,80
9 10.852.997/0001-61	ONDREPSB	R\$ 536.150,00	R\$ 574.980,00	R\$ 714.840,00	R\$ 771.890,00	R\$ 581.890,00	R\$ 3.179.750,00
10 04.179.738/0001-19	SISTEMARE	R\$ 537.000,00	R\$ 575.000,00	R\$ 715.000,00	R\$ 772.000,00	R\$ 583.000,00	R\$ 3.182.000,00
11 03.130.750/0004-19	EMBRASP	R\$ 541.596,60	R\$ 579.921,00	R\$ 718.806,24	R\$ 773.157,12	R\$ 584.509,68	R\$ 3.197.990,64
12 07.658.074/0001-69	JURISEG	R\$ 541.596,60	R\$ 579.922,20	R\$ 718.806,24	R\$ 773.157,12	R\$ 584.509,68	R\$ 3.197.991,84
Menor lance		R\$ 3.082.815,04	10%	Limite para a etapa fechada		R\$ 3.391.096,54	

Como se vê, com a exclusão do lance inexecutável o menor preço global seria de R\$ 3.082.815,04, proposto pela empresa ORCALI. O valor do intervalo de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre este valor seria de R\$ 3.391.096,54, o que habilitaria as seguintes empresas para a etapa fechada de lances: **a)** LINCE: R\$ 3.105.167,04; **b)** IGUASSEG: R\$ 3.128.400,00; **c)** AUXILIAR: R\$ 3.144.000,00; **d)** INTERSEPT: R\$ 3.145.100,00; **e)** EPAVI: R\$ 3.148.000,00; **f)** EQUIP SEG: R\$ 3.154.999,00; **g)** INGA: R\$ 3.160.666,80; **h)** ONDREPSB: R\$ 3.179.750,00; **i)** SISTEMARE: R\$ 3.182.000,00.

Pontua-se que, mesmo se adotado valor corrigido de R\$ 577.000,00 como último lance do item 5 para a Auxiliar, não haveria qualquer alteração do resultado. O seu preço final para o Grupo 1 seria apenas minorado para R\$ 3.142.000,00, o que em nada alteraria sua posição na disputa e o quadro final de licitantes convocados para a etapa fechada.

17. No Direito Administrativo vigora a orientação do princípio *pas de nulté sans grief*, “segundo o qual, o reconhecimento de nulidade exige a comprovação de efetivo prejuízo”⁶. No caso vertente, é manifesto o prejuízo não apenas aos licitantes, mas também ao órgão promotor da licitação.

Como resultado do lance inexecutável da AUXILIAR no item 5, **a disputa da etapa fechada foi reduzida de 10 (dez) para somente 4 (quatro) licitantes**. É flagrante a violação a isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

⁶ STJ, 5ª Turma. AgRg no HC 721181/RS, rel. Min. Joel Ilan Paciornik. DJ. 17/6/2022. Destaques nossos.

Especificamente à *recorrente*, a EQUIP SEG estaria credenciada a participar da etapa fechada e, logicamente, concorrer para a vitória da licitação com o oferecimento de novo lance.

A REABERTURA DA DISPUTA A PARTIR DA ETAPA ABERTA DE LANCES

18. Uma vez reconhecido vício da disputa da etapa aberta da fase de lances, restam também prejudicadas todas as subsequentes, visto que diretamente a ela vinculadas. Nesta condição se inserem a etapa fechada de lances e todas as ações dirigidas ao exame da habilitação da empresa IGUASSEG.

Assim, requer-se o refazimento da etapa competitiva, com o reinício a partir da disputa de lances abertos, como previsto em edital:

“12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que **serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam**.

IV

PEDIDOS

19. Diante do exposto, respeitosamente, requer-se o provimento do recurso, com a anulação da etapa de lances aberta e daquelas que a sucederam na licitação, e o subsequente refazimento da etapa aberta de lances, na forma do item 12.1.1. do edital.

Pede-se deferimento.

Curitiba, 7 de julho de 2022.



FRANCISCO ZARDO
OAB/PR 35.303



ANDRÉ MEERHOLZ
OAB/PR 56.113

PROCURAÇÃO

EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.039.434/0001-70, com sede na Rua Dias da Rocha Filho, 503, Alto da XV, Curitiba/PR, CEP 80045-275, neste ato representada por CHRISTHIAAN INASARIS DE SOUZA, pelo presente instrumento de mandato, constitui seus procuradores os Drs. ROGÉRIA FAGUNDES DOTTI, JULIO CESAR BROTTTO, FRANCISCO AUGUSTO ZARDO GUEDES, ANDRÉ LEONARDO MEERHOLZ e PEDRO HENRIQUE GALLOTTI KENICKE, brasileiros, inscritos na OAB do Paraná sob os nºs 20.900, 21.600, 35.303, 56.113 e 65.870 e no CPF sob os nºs 961.913.929-15, 876.259.039-15, 030.913.239-86, 037.964.639-08 e 060.914.859-11, residentes e domiciliados em Curitiba, Paraná, integrantes da sociedade profissional denominada *DOTTI ADVOGADOS*, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.791.711/0001-94 e na Ordem dos Advogados do Brasil (PR) sob o nº 363, com sede em Curitiba, na Rua Marechal Deodoro, 497, 13º andar, Centro, endereço eletrônico para recebimento de intimações dottiadministrativo@googlegroups.com, outorgando-lhes poderes para o foro em geral (art. 105 da Lei nº 13.105/2015, que institui o Código de Processo Civil), agindo em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de colocação dos nomes e, **em especial, para defesa de seus interesses no Pregão Eletrônico nº 01/2022 da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu - PR**, podendo praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer. **Outorgam-se, igualmente, poderes de representação, para transigir, dar e receber quitação, na audiência de conciliação ou de mediação prevista no art. 334 no Código de Processo Civil.** A outorgante declara não ter conferido para outro advogado poderes idênticos aos descritos neste instrumento.

Curitiba, 7 de julho de 2022.

